

EDUCAÇÃO FAMILIAR

Profª Me. Stella Grimaldi Gomes Polito

É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua constituição identitária.

A criança, ao nascer, já encontra um mundo organizado, segundo parâmetros construídos pela sociedade como um todo e assimilados idiossincraticamente pela família, que, por sua vez, também carrega uma cultura própria.

Essa cultura familiar que lhe é específica apresenta-se impregnada de valores, hábitos, mitos, pressupostos, formas de sentir e de interpretar o mundo, que definem diferentes maneiras de trocas intersubjetivas e, conseqüentemente, tendências na constituição da subjetividade.

Esses procedimentos de inserção do jovem membro no mundo, ou o processo de humanização – seu nascimento social e existencial –, manifestam-se em ações, com um sentido definido, que constituem as oportunidades de desenvolvimento para as crianças e adolescentes.

Ao se pensar em famílias como locus de desenvolvimento, deve-se lembrar de que elas divergem quanto à concepção de infância e, em consequência, irão possibilitar diferentes oportunidades à criança. Além do mais, podem não ocorrer as condições de desenvolvimento que ela poderia, saberia ou gostaria de oferecer, por razões internas e externas, ligadas a sistemas sociais mais próximos ou mais amplos. Ao levar-se em conta a família como um contexto de desenvolvimento, não se pode olhá-la como atuando isoladamente das demais instituições sociais, neste caso a escola.

Tais práticas envolvem saberes que, mesmo não sendo sistematizados, são o resultado de uma aprendizagem social transmitida de geração para geração; manifestam-se em procedimentos e estratégias de ação; utilizam “material pedagógico”; carregam ideologia, supõem competências e comportam avaliações. São complexas e interdependentes, envolvendo todos os membros da família. Elas têm o sentido de preparar as novas gerações para a vida social, para a vida no mundo.

Para elucidar esse embate, Gadotti (2001) apresenta a concepção dialética como fundamento à Educação, enquanto filosofia da práxis. A prática de se pensar a prática na perspectiva de apreensão da totalidade, à medida que dialetizar a práxis é produzir a si mesmo, descobrindo limites e desmascarando o futuro, em movimento.

Desse modo, torna-se impossível pensarmos em debater sobre qualquer estrutura educativa sem antes contextualizá-la no seu aspecto histórico e social, pois o processo de análise passa, necessariamente, pela maneira de como o homem em um dado contexto analisa sua realidade e seu mundo, percebendo-se um ser produtor no seu tempo e no seu espaço, um transformador objetivo da sua realidade que racionalmente analisa e modifica.

Os aspectos levantados são obstáculos reais ao processo de construção da “consciência crítica”¹ e, sem ela, as mudanças acontecem apenas num processo “de cima para baixo”, anulando-se a essência da autonomia.

Freire (2001) afirma que “O mundo não é. O mundo está sendo. (...) Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. (...) caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade...” (p. 65), portanto, ele retrata a razão emancipatória que possibilita a visão da totalidade.

A busca da reflexão a respeito da autocrítica pessoal é algo constante em nossas vidas, assim como a busca pela autonomia profissional é importante para o bom desempenho do indivíduo em sua área de atuação. No caso da educação, o olhar não deve limitar-se ao espaço da escola, deve-se ampliá-lo à família, para não se perder a noção do todo que influencia e tantas vezes determina situações aparentemente corriqueiras e de responsabilidade imediata tanto dos seus agentes educacionais quanto dos pais e/ou responsáveis.

Dessa forma, a educação, atualmente, pressupõe a crítica do que se está adquirindo, são verdades provisórias, abertas ao debate e ao contraditório, ao progresso dos métodos e à procura das causas e não de forma absoluta e dogmática, as verdades definitivas e ideológicas estão sujeitas à mudança e se propõem à continuidade eterna como eram pressupostas na pedagogia tradicional (BRANDÃO, 1995).

A Educação é um direito de todos e, para efetivar a lei, a participação do Estado é contundente, bem como a da família que divide esta responsabilidade educacional, visando ao aprimoramento das crianças e dos jovens. A comunidade contribui para a inserção do educando no mercado de trabalho e estimula o exercício da cidadania.

No que diz respeito à credibilidade e à concretização dos objetivos da educação familiar, concordamos com Santos (2002, p.332) que define utopia como algo que pode ser realizado com os objetos que temos na vida real, presentes em nosso cotidiano, pois, o importante é trabalharmos com o real e tentarmos alcançar o ideal e não o contrário; se esperarmos o ideal para começarmos a trabalhar, nunca sairemos do lugar, porque a vida é construída de realidade e de possibilidades a partir da racionalidade e da intencionalidade que se pretende alcançar. Nas palavras do autor: “A utopia requer, portanto, um conhecimento da realidade profundo e abrangente como meio de evitar que o radicalismo da imaginação colida com o seu realismo”.

Cada ser humano é único com suas potencialidades, suas peculiaridades, suas necessidades, seus interesses. Trabalhar com essa diversidade, impulsionando conquistas, vitórias, criando a necessidade de conhecer mais, de crescer mais, de refletir mais, resultará em uma formação cidadã crítica e participativa.

Portanto ao considerarmos o processo de socialização como contínuo, a família deve estar preparada para dar as condições necessárias aos seus filhos para que possam cumprir as expectativas da escola.

¹ No sentido empregado por Freire (2001). Consciência não-dogmática, desmistificadora, efetivamente política.